

PROFESSOR

IGOR CINTRA



# ICMS/BA 2019

Questões Comentadas (Fundação Carlos Chagas)

## Aula 00

## APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá manada! Tudo bem?

Em virtude da publicação do edital para o provimento do cargo de **Auditor-Fiscal** da Secretaria da Fazenda do **Estado da Bahia** (ICMS/BA) estou lançando este curso de questões comentadas de Contabilidade Geral e Avançada aplicadas pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

O Concurso destina-se ao provimento imediato de **60 vagas**, sendo uma vaga reservada aos candidatos com deficiência. Segundo o edital a remuneração inicial de Auditor Fiscal do ICMS/BA é de aproximadamente **R\$ 15.819,35** (quinze mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos).

As 60 vagas disponíveis serão divididas de acordo com as seguintes áreas de atuação.

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS	VAGAS			
				AMPLA CONCORRÊNCIA	NEGROS	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	TOTAL DE VAGAS
A01	Auditor Fiscal	Administração, Finanças e Controle Interno	Curso Superior em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Informática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC.	16	07	01	24
B02	Auditor Fiscal	Tecnologia da Informação		11	05	01	17
C03	Auditor Fiscal	Administração Tributária		12	06	01	19

A disciplina Contabilidade Geral contará com **10 questões** (peso 2) e será aplicada a todas as áreas de atuação, conforme quadro abaixo.

### 8. DAS PROVAS

#### 8.1 Para todas as áreas de atuação:

Prova I - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais	Número de Questões/Disciplina	Número de Questões da Prova	Peso	Pontuação Máxima	Caráter	Duração da prova
Língua Portuguesa	10	60	02	120,00	Habilitatório e Classificatório	3 horas
Direito Constitucional e Administrativo	15					
Direito Tributário	15					
Contabilidade Geral	10					
Estatística	07					
Noções de Igualdade Racial e de Gênero	03					

A Prova **Objetiva** de Conhecimentos Gerais constará de questões de múltipla escolha (com cinco alternativas cada questão), de caráter habilitatório e classificatório, e está prevista para ser aplicada em Salvador/BA no dia **26/05/2019** no período da manhã.

Antes de falar a respeito do curso propriamente dito vamos analisar o conteúdo programático de contabilidade constante do Anexo I do edital.

### Contabilidade Geral

*Contabilidade: Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura: Atos e fatos administrativos; Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil; Variação do patrimônio líquido – receita, despesa, ganhos e perdas; Apuração dos resultados; Regimes de apuração – caixa e competência; Escrituração contábil – lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado. Fatos contábeis – permutativos, modificativos e mistos. Itens Patrimoniais: conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido; Demonstrações contábeis – Balanço patrimonial, Demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado; Notas explicativas às demonstrações contábeis – conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; Estoques – tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação. Apuração do custo das mercadorias vendidas; Tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas. Conceitos sobre o SPED Contábil. Sociedades empresariais e não empresariais. Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, artigos 1.179 a 1.195; Aspectos contábeis do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.*

Perceba que o edital é bastante amplo, pois ao mencionar “Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade” há a possibilidade da cobrança de qualquer Pronunciamento Técnico emitido pelo CPC.

Isso é reforçado ao mencionar “Itens Patrimoniais: conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido”.

Evidentemente que neste curso vamos focar nos Pronunciamentos Técnicos que são recorrentemente cobrados pela Fundação Carlos Chagas, banca organizadora deste certame.

Para que você chegue no dia de sua prova muito bem preparado este curso contará **exclusivamente com exercícios comentados da FCC**, sempre priorizando aqueles aplicados em provas recentes. Serão resolvidas **aproximadamente de 550 questões**, sendo que a grande maioria delas foram aplicadas ao longo de 2016 a 2019 (isso mesmo, já há questões aplicadas em 2019!).

Gostaria de lembrar que o curso é **destinado aos alunos que já possuem bagagem nesta disciplina**, pois é focado prioritariamente em resolução de questões. Ou seja, aqui eu tenho a intenção de apresentar as questões que a FCC costuma pedir em suas provas, a forma de cobrança etc. Com ele você irá lapidar seus conhecimentos e chegar à prova em total condições de gabarita-la.

Agora que já nos situamos em relação a seu desafio, permita-me uma breve apresentação. Sou formado em Engenharia Civil pela UNICAMP e atualmente ocupo o cargo de Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo, onde exerço a função de fiscalização direta de tributos. Antes disso, ocupei o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais da Prefeitura de São Paulo e também de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil. Espero poder ajudá-lo com toda a experiência que adquiri ao longo da minha jornada de “concurseiro”.

É importante dizer que não tenho a intenção de esgotar, por completo, todo o conteúdo de Contabilidade Geral e Avançada. Isso seria impossível em um curso como este, de resolução de questões. No entanto, tenho a certeza que com a quantidade de exercícios resolvidos você estará apto a gabaritar as questões de Contabilidade Geral e Avançada, já que analisei todas as últimas provas desta banca, e comentarei todos os pontos que costumam cair, bem como a tendência para seu certame.

Além disso, este curso compreenderá, na última aula do curso, os conteúdos de Contabilidade de Custos.

Caso você tenha alguma dúvida a respeito do conteúdo do curso podemos nos comunicar através do e-mail [contato@igorcintra.com.br](mailto:contato@igorcintra.com.br). Além disso, fique à vontade para curtir minha página no Facebook, clicando na figura abaixo:



É importante mencionar que **todas aulas estarão disponíveis até o dia 19/04/2019**, conforme cronograma detalhado abaixo. Desta forma, você terá tempo suficiente para revisar os pontos mais críticos e bater nos seus pontos fracos, a fim de chegar a prova com capacidade de gabaritá-la! Serão sete aulas cobrindo a totalidade do conteúdo cobrado em Contabilidade Geral e Avançada, bem como Contabilidade de Custos, e que normalmente a FCC costuma pedir em suas provas da área fiscal.

<b>Aula Demonstrativa</b> (disponível)	Apresentação do Curso
<b>Aula 01</b> (28/02/2019)	Resolução de Questões da FCC
<b>Aula 02</b> (10/03/2019)	Resolução de Questões da FCC
<b>Aula 03</b> (20/03/2018)	Resolução de Questões da FCC
<b>Aula 04</b> (30/03/2019)	Resolução de Questões da FCC
<b>Aula 05</b> (09/04/2019)	Resolução de Questões da FCC
<b>Aula 06</b> (19/04/2019)	Resolução de Questões da FCC

Considerando que a prova será aplicada no dia **26/05/2019**, você terá tempo suficiente para revisar seus pontos fracos entre a última aula e a sua prova!

Para não ficar só na conversa eu quero oferecer uma degustação do modo com que o curso será ministrado, analisando algumas questões recentes da FCC. Exclusivamente nesta aula demonstrativa trouxe questões

variadas. O **curso será dividido por assuntos**, agregando as questões semelhantes em cada aula. Então vamos para a análise das questões!

Grande abraço!

*Prof. Igor Cintra*

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1. (FCC – Analista – Pref. Recife/PE – 2019)

Os Balanços Patrimoniais de 31/12/2017 e 30/6/2018, bem como a Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018 da Cia. A são apresentados a seguir:

#### Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/17	30/6/18	Passivo	31/12/17	30/6/18
<b>Ativo Circulante</b>	<b>180.000</b>	<b>520.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>150.000</b>	<b>127.000</b>
Disponível	60.000	270.000	Fornecedores	110.000	40.000
Duplicatas a Receber	70.000	130.000	Imposto de renda a pagar	40.000	45.000
Estoques	50.000	35.000	Dividendos a pagar	–	42.000
Adiantamentos a fornecedores	–	85.000			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>520.000</b>	<b>240.000</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>250.000</b>	<b>270.000</b>
Terreno	250.000	–	Empréstimos	250.000	270.000
Máquinas	300.000	300.000			
(–) Depreciação Acumulada	(30.000)	(60.000)	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>300.000</b>	<b>363.000</b>
			Capital Social	200.000	200.000
			Reservas de Lucros	100.000	163.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>700.000</b>	<b>760.000</b>		<b>700.000</b>	<b>760.000</b>

#### Demonstração do Resultado 1/1/2018 a 30/6/2018 (em reais)

Receita Bruta de vendas	580.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(310.000)
(=) Resultado Bruto	270.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas e gerais	(80.000)
Despesa de depreciação	(30.000)
(+) Outras Receitas Operacionais	
Lucro na venda do terreno	10.000
(=) Resultado Antes do Resultado Financeiro	170.000
(–) Despesa financeira (juros)	(20.000)
(=) Resultado Antes do IR e CSLL	150.000
(–) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(45.000)
(=) Resultado Líquido	105.000

#### Informações Adicionais:

- A despesa financeira (juros) não foi paga.
- O terreno foi vendido à vista.

O fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais apurado no primeiro semestre de 2018 pela Cia. A foi, em reais,

- (A) 50.000,00, negativo.
- (B) 40.000,00, negativo.
- (C) 8.000,00, negativo.

(D) 2.000,00, positivo.

(E) 35.000,00, positivo.

**RESOLUÇÃO:**

Nas questões de DFC você sempre tem que prestar **muita atenção aos dados adicionais** do enunciado. Veja que foi fornecido o Balanço Patrimonial comparativo de dois períodos além da DRE do último período. Neste caso, devemos calcular o fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método indireto.



Com isso, partiremos do lucro líquido apurado pela DRE (regime de caixa) e procederemos aos ajustes necessários.

É exatamente por isso que as informações adicionais não são tão importantes! Veja que o enunciado diz que as despesas financeiras (que estão consideradas na DRE por competência) não foram pagas. Com isso, temos que ajustar o valor destas despesas, pois não impactaram o caixa da entidade.

Também expurgaremos o efeito do lucro com a venda de terreno, pois esta atividade não se relaciona com as atividades operacionais, mas com as atividades de investimento.

Por fim, vamos proceder ao ajuste pela variação das contas patrimoniais operacionais (analisando os dois Balanços Patrimoniais).

Assim:

Lucro Líquido do Exercício	105.000
( + ) Despesas de Depreciação	30.000
( + ) Despesas Financeiras	20.000
( – ) Lucro na Venda de Terreno	(10.000)
( = ) <b>Lucro Ajustado</b>	<b>145.000</b>
( – ) Aumento em Duplicatas a Receber	(60.000)
( + ) Diminuição em Estoques	15.000
( – ) Aumento em Adiantamento a Fornecedores	(85.000)
( – ) Diminuição em Fornecedores	(70.000)
( + ) Aumento em Impostos a Pagar	5.000
( = ) <b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>(50.000)</b>

Com isso, correta a alternativa A.

**GABARITO: A**

## 2. (FCC – Analista – Pref. Recife/PE – 2019)

A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

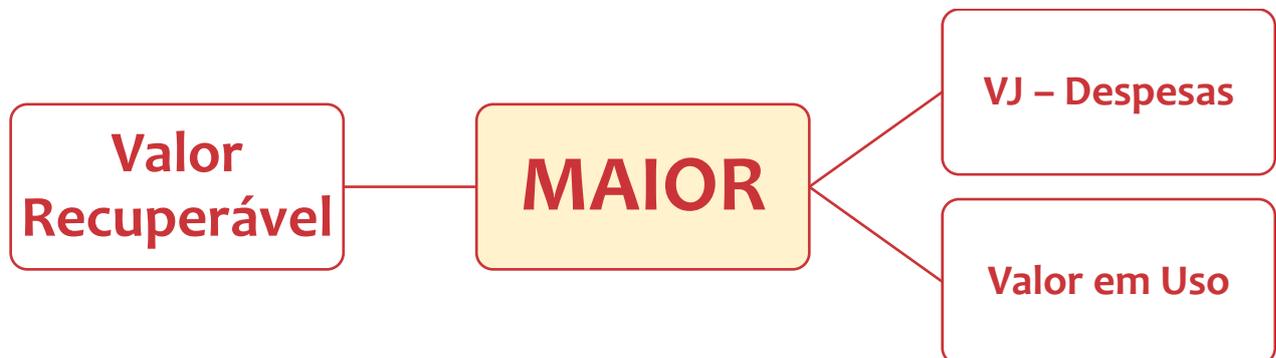
Valor em uso	R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

- (A) não fez nenhum registro contábil.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.

### RESOLUÇÃO:

Valor Recuperável de um ativo é o **maior** montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda (R\$ 670.000) e o seu valor em uso (R\$ 470.000).



Percebe-se, portanto, que o Valor Recuperável (R\$ 670.000) é superior ao Valor Contábil do ativo (R\$ 520.000), indicando que não há mais desvalorização do item.

Assim, a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores, de R\$ 130 mil, deve ser revertida através do seguinte lançamento:

D – Perda por Desvalorização Acumulada	R\$ 130 mil	(Retificadora do Ativo)
C – Reversão de Perda por Desvalorização	R\$ 130 mil	(Resultado)

Com isso, correta a alternativa B.

### GABARITO: B

### 3. (FCC – ICMS/SC – 2018)

A empresa Monta e Desmonta adquiriu, em 01/01/2016, uma máquina no valor de R\$ 150.000,00, à vista. Para a aquisição e colocação em funcionamento, a empresa incorreu adicionalmente nos seguintes gastos:

- Tributos recuperáveis no valor de R\$ 20.000,00.
- Gastos com transporte e seguro no valor de R\$ 8.000,00.
- Gastos com instalação no valor de R\$ 6.000,00.

A empresa estima que incorrerá em gastos no valor de R\$ 12.000,00 (equivalentes à vista) para desinstalar esta máquina ao final de sua vida útil. A vida útil da máquina era 5 anos, sendo que essa máquina ficou disponível para o uso apenas em 31/03/2016. Ademais, espera-se que ao final do período de vida útil a máquina valha R\$ 14.000,00.

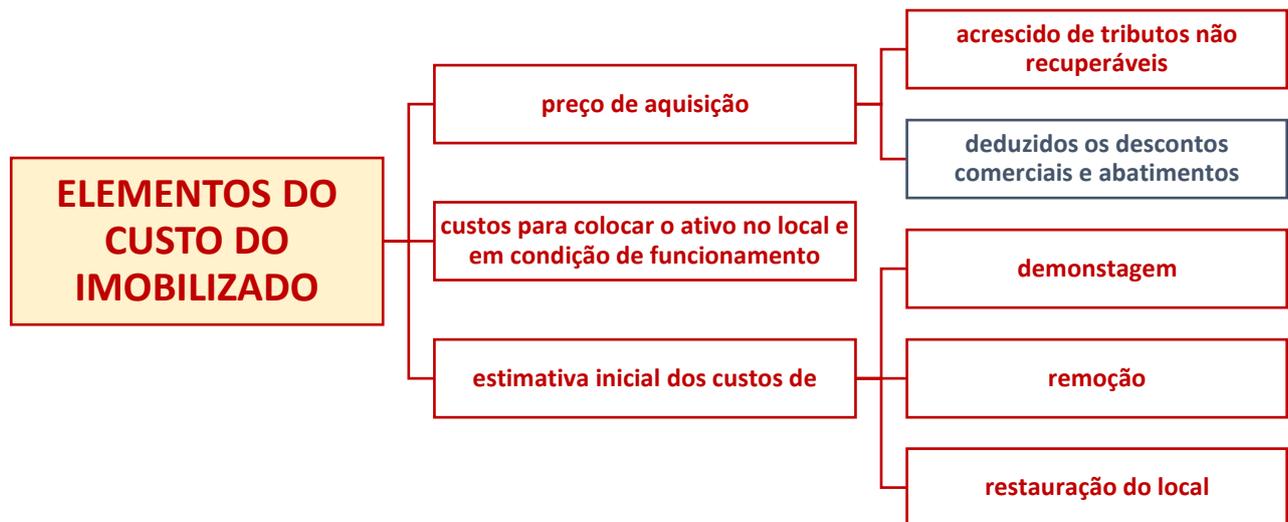
Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes, o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 111.200,00.
- (B) 105.300,00.
- (C) 111.500,00.
- (D) 132.300,00.
- (E) 119.300,00.

#### RESOLUÇÃO:

Segundo o CPC 27 – Ativo Imobilizado, um imobilizado deve ser mensurado pelo seu **custo**, que compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.



A partir disso vamos calcular o custo de aquisição do item.

Preço de Compra	R\$ 150.000	→ preço líquido (sem tributos)
(+) Frete	R\$ 8.000	
(+) Instalação	R\$ 6.000	
(+) Custo de Desinstalação	R\$ 12.000	
(=) <b>Custo de Aquisição</b>	<b>R\$ 176.000</b>	

Considerando que a vida útil da máquina era 5 anos e um valor residual de R\$ 14.000, vamos calcular sua depreciação mensal.

$$Depreciação Mensal = \frac{Custo - Valor Residual}{Vida Útil}$$

$$Depreciação Mensal = \frac{176.000 - 14.000}{5 \text{ anos}} = \mathbf{R\$ 2.700}$$

Com isso, o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, após dois anos de uso, será de:

Custo	176.000,00	
(-) Depreciação Acumulada	(56.700)	→ ref. a 21 meses
(=) <b>Valor Contábil</b>	<b>119.300</b>	

Com isso, correta a alternativa E.

Lembre-se de que o a depreciação do ativo **se inicia quando este está disponível para uso**, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. No caso em tela, por exemplo, o item foi depreciado apenas por 9 meses durante 2016.

**GABARITO: E**

#### 4. (FCC – ICMS/GO – 2018)

Uma empresa adquiriu um imóvel de 20 andares e está utilizando apenas 3 andares para suas atividades administrativas. Por decisão da diretoria, os demais andares foram alugados para terceiros, por prazo

determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel, sendo que a empresa presta os serviços de manutenção, acesso e segurança para o edifício. Caso a empresa deseje, os andares podem ser comercializados separadamente e é possível identificar valor de mercado para cada andar. Com relação à contabilização do imóvel, é correto afirmar que:

- a) Deve ser registrado inteiramente como Ativo Imobilizado.
- b) Deve ser registrado inteiramente como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- c) Todos os andares devem ser mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial.
- d) O valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- e) Os andares alugados devem ser tratados como arrendamento mercantil financeiro pela empresa.

#### RESOLUÇÃO:

Quando determinado imóvel gera renda de aluguel que esteja relacionada à atividade-fim da entidade tal item será classificado no Ativo Imobilizado (exemplo: entidade alugando um imóvel aos funcionários). Por outro lado, se o aluguel é, pura e simplesmente, o objetivo a ser atingido tal item será classificado em Investimentos, como Propriedade para Investimentos (exemplo: entidade aluga um imóvel a terceiros).

Algumas propriedades compreendem uma parte que é mantida para obter rendimentos ou para valorização de capital e outra parte que é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Se essas partes puderem ser vendidas separadamente (ou arrendadas separadamente sob arrendamento financeiro), a entidade **contabiliza as partes separadamente**. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade só é **propriedade para investimento** se uma **parte insignificante for mantida para uso** na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

Em alguns casos, a entidade proporciona serviços de apoio aos ocupantes da propriedade que ela mantenha. A entidade trata tal propriedade como **propriedade para investimento** se os **serviços forem insignificantes** em relação ao acordo como um todo. Um exemplo é quando o proprietário de edifício de escritórios proporciona serviços de segurança e de manutenção aos arrendatários que ocupam o edifício.

Em outros casos, os serviços prestados são significativos. Por exemplo, se a entidade possui e administra um hotel, os serviços proporcionados aos hóspedes são significativos para o acordo como um todo. Por isso, o **hotel administrado pelo proprietário** é propriedade ocupada pelo proprietário (imobilizado) e não propriedade para investimento.



Assim, correta a alternativa D.

GABARITO: D

## 5. (FCC – ICMS/SC – 2018)

Considere as seguintes assertivas:

I. As propriedades para investimento devem ser inicialmente mensuradas pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.

II. Para propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, as alterações no seu valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período se for perda e no patrimônio líquido se for ganho.

III. As entidades devem mensurar o valor justo das propriedades para investimento, mesmo escolhendo o método de custo para fins de mensuração, uma vez que precisa divulgar esta informação para estas propriedades.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**RESOLUÇÃO:**

Vamos analisar as afirmativas apresentadas.

I. Correta. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 28 as propriedades para investimento devem ser inicialmente mensuradas pelo seu **custo**. Os custos de transação devem ser **incluídos** na mensuração inicial.



II. Incorreta. O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de Propriedade para Investimento deve ser reconhecido no **resultado** do período em que ocorra.



III. Correta. O Pronunciamento Técnico CPC 28 **exige** que todas as entidades mensurem o **valor justo** de propriedades para investimento para a finalidade de **mensuração** (se a entidade decidir usar o método do valor justo) ou de **divulgação** (se usar o método do custo).

**GABARITO: D**

## 6. (FCC – Contador – DPU/AM – 2018)

Uma empresa apresenta em seu Balanço Patrimonial um ativo intangível correspondente ao direito de uso de ativos obtidos em um leilão de privatização. A concessão foi obtida em 01/01/2010 pelo prazo de 30 anos, o valor pago foi R\$ 60.000.000,00 e a empresa passou a ter controle e fazer uso dos ativos em 01/07/2010.

O valor contábil apresentado pela empresa para este ativo intangível, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 48.000.000,00.
- (B) 49.000.000,00.
- (C) 60.000.000,00.
- (D) 52.000.000,00.
- (E) 53.000.000,00.

### RESOLUÇÃO:

Inicialmente vamos calcular o valor da amortização anual do item.

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Custo} - \text{Valor Residual}}{\text{Vida Útil}}$$

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{R\$ } 60.000.000 - 0}{30 \text{ anos}} = \text{R\$ } 2.000.000$$

Assim, considerando que a entidade passou a ter o controle do item em 01/07/2010, o valor contábil deste intangível no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 será de:

Custo	R\$ 60.000.000
( - ) Amortização Acumulada	(R\$ 7.000.000) → ref. a 3,5 anos
( = ) Valor Contábil	R\$ 53.000.000

Com isso, correta a alternativa E.

### GABARITO: E

## 7. (FCC – ICMS/SC – 2018)

Sobre Ativos Intangíveis, considere:

- I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.
- II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

**IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.**

**Está correto o que se afirma APENAS em**

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III.

**RESOLUÇÃO:**

Vamos analisar as afirmativas apresentadas.

I. Incorreta. Os gastos incorridos na fase de **pesquisa** devem ser reconhecidos diretamente no resultado, como despesa.

II. Correta. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

III. Incorreta. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e **está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável**, sempre que existam indícios de perda por desvalorização.

IV. Correta. Se o Ativo Intangível tiver vida útil indefinida ele não sofrerá amortização (afinal não há vida útil para isso!), mas passa anualmente pelo teste de recuperabilidade.

**GABARITO: B**

---

**8. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)**

No dia 01/12/2015, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00. O prazo do empréstimo se encerrará em 01/12/2025, data em que a empresa deverá pagar integralmente o valor do principal. Os juros deverão ser pagos semestralmente com a primeira parcela vencendo em 01/06/2016 e a taxa de juros compostos negociada foi 1,5% ao mês. O valor das parcelas semestrais de juros é R\$ 1.868.865,28 e a empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 500.000,00. A taxa de custo efetivo da operação foi 1,5442% ao mês.

O valor contábil do empréstimo que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2015 e o valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2015, referentes ao empréstimo obtido, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.311.477,55 e 811.477,55
- (B) 19.801.119,00 e 301.119,00

- (C) 20.300.000,00 e 800.000,00  
 (D) 20.083.840,00 e 808.840,00  
 (E) 17.932.253,72 e 301.119,00

**RESOLUÇÃO:**

Para calcular o valor evidenciado no Passivo, relativo ao empréstimo obtido, temos que calcular os encargos financeiros apropriados no período.

$$\text{Encargos Financeiros} = \text{Valor de Captação Líquida} \times \text{Taxa de Juros Efetiva}$$

Vamos, portanto, verificar qual foi o valor de captação líquida.

$$\text{Valor de Captação Líquida} = \text{Valor do Empréstimo} - \text{Custos de Transação}$$

$$\text{Valor de Captação Líquida} = \text{R\$ } 20.000.000 - \text{R\$ } 500.000 = \text{R\$ } 19.500.000$$

Com isso o valor dos encargos financeiros apropriados na Demonstração do Resultado de 2015 será de:

$$\text{Encargos Financeiros} = \text{Valor de Captação Líquida} \times \text{Taxa de Juros Efetiva}$$

$$\text{Encargos Financeiros} = \text{R\$ } 19.500.000 \times 1,5442\% = \text{R\$ } 301.119,00$$

Com isso o valor do passivo relativo ao empréstimo obtido apresentado no Balanço Patrimonial será de:

$$\text{Saldo Final} = \text{Valor de Captação Líquida} + \text{Encargos Financeiros} - \text{Pagamentos}$$

Perceba que até 31/12/2015 não houve pagamento de juros nem parcelas. Com isso:

$$\text{Saldo Final} = \text{R\$ } 19.500.000,00 + \text{R\$ } 301.119,00 = \text{R\$ } 19.801.119,00$$

Assim, correta a alternativa B.

**GABARITO: B**

**9. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)**

Em 31/12/2016, uma empresa realizou vendas totais no valor de R\$ 1.075.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 foram vendidos à vista e o saldo remanescente será recebido integralmente após 15 meses. A empresa praticava a taxa de juros de 11,83% ao ano para as suas vendas a prazo, que equivale a uma taxa de 15% no prazo de 15 meses.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2016, a empresa reconheceu Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2017.  
 (B) R\$ 1.000.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 75.000,00, ambas no resultado do ano de 2016.  
 (C) R\$ 1.075.000,00 no resultado do ano de 2016, apenas.  
 (D) R\$ 500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 575.000,00 no resultado do ano de 2017.  
 (E) R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 59.150,00 no resultado do ano de 2017.

**RESOLUÇÃO:**

A Receita Líquida de vendas a ser reconhecida pela entidade corresponde ao valor que seria recebido caso a venda fosse realizada à vista. Para isso temos que calcular o valor presente da venda realizada a prazo, de R\$ 575 mil.

$$\text{Valor Presente} = \frac{R\$ 575.000,00}{1,15} = R\$ 500.000,00$$

Considerando que a venda ocorreu em 31/12/2016, vamos realizar o lançamento contábil das vendas praticadas!

D – Caixa	R\$ 500.000	(Ativo)
D – Clientes	R\$ 575.000	(Ativo)
D – AVP de Vendas	R\$ 75.000	(Resultado)
C – Receita Bruta	R\$ 1.075.000	(Resultado)
C – AVP de Clientes	R\$ 75.000	(Ativo)

Perceba, portanto, que a Receita (líquida) de Vendas reconhecida no ano de 2016 é de R\$ 1 milhão, que seria o valor praticado caso todas as vendas fossem realizadas à vista.

A receita financeira embutida na venda realizada a prazo será realizada de acordo com o regime de competência, ou seja, entra a data da venda e o seu recebimento. Assim, a receita financeira apropriada ao longo de 2017 será de:

$$\text{Receita Financeira} = R\$ 500.000 \times 11,83\% = R\$ 59.150,00$$

Lembro que tal receita é reconhecida mediante o seguinte lançamento:

D – AVP de Clientes	R\$ 59.150	(Ativo)
C – Receita Financeira	R\$ 59.150	(Resultado)

Assim, correta a alternativa E.

**GABARITO: E**

**10. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)**

Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. Copa e da Cia. Campeã:

Informação	Cia. Copa	Cia. Campeã
Passivo circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 9.000,00
Índice de Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	60%	40%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	18%

Com base nessas informações, a Cia.

(A) Campeã apresenta maior patrimônio líquido.

(B) Copa apurou maior lucro líquido.

- (C) Campeã apresenta maior ativo circulante.  
 (D) Copa apresenta maior montante de recursos de terceiros.  
 (E) Copa apresenta maior passivo não circulante.

**RESOLUÇÃO:**

A tabela fornece o valor do Passivo Circulante. Também fornece o valor da Liquidez Corrente, que é dada pela relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

$$\text{Liquidez Corrente}_{Copa} = \frac{\text{Ativo Circulante}_{Copa}}{\text{Passivo Circulante}_{Copa}}$$

$$1,5 = \frac{\text{Ativo Circulante}_{Copa}}{12.000}$$

$$\text{Ativo Circulante}_{Copa} = \mathbf{R\$ 18.000,00}$$

$$\text{Liquidez Corrente}_{Campeã} = \frac{\text{Ativo Circulante}_{Campeã}}{\text{Passivo Circulante}_{Campeã}}$$

$$2,0 = \frac{\text{Ativo Circulante}_{Campeã}}{9.000}$$

$$\text{Ativo Circulante}_{Campeã} = \mathbf{R\$ 18.000,00}$$

Conclui-se, portanto, que a alternativa C está incorreta.

A tabela fornece a composição do endividamento, que é dada pela relação entre o Passivo Circulante e o Passivo Exigível. Assim:

$$\text{Composição do Endividamento}_{Copa} = \frac{\text{Passivo Circulante}_{Copa}}{\text{Passivo Exigível}_{Copa}}$$

$$60\% = \frac{12.000}{\text{Passivo Exigível}_{Copa}}$$

$$\text{Passivo Exigível}_{Copa} = \mathbf{R\$ 20.000,00}$$

$$\text{Composição do Endividamento}_{Campeã} = \frac{\text{Passivo Circulante}_{Campeã}}{\text{Passivo Exigível}_{Campeã}}$$

$$40\% = \frac{9.000}{\text{Passivo Exigível}_{Campeã}}$$

$$\text{Passivo Exigível}_{Copa} = \mathbf{R\$ 22.500,00}$$

Conclui-se, portanto, que a alternativa D está incorreta.

Através do Passivo Exigível e Passivo Circulante conseguimos calcular o valor do Passivo Não Circulante de cada entidade.

$$\text{Passivo Exigível} = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$\text{Passivo Não Circulante} = \text{Passivo Exigível} - \text{Passivo Circulante}$$

$$\text{Passivo Não Circulante}_{Copa} = 20.000 - 12.000 = \mathbf{R\$ 8.000}$$

$$\text{Passivo Não Circulante}_{Campeã} = 22.500 - 9.000 = \mathbf{R\$ 13.500}$$

Assim, percebe-se que a alternativa E está incorreta.

Através do Grau de Endividamento, que nesta questão a FCC pede para que seja calculado em relação ao ativo, conseguimos calcular o Ativo da entidade.

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo}}$$

$$80\% = \frac{20.000}{\text{Ativo}_{Copa}}$$

$$\text{Ativo}_{Copa} = \mathbf{R\$ 25.000}$$

$$80\% = \frac{22.500}{\text{Ativo}_{Campeã}}$$

$$\text{Ativo}_{Campeã} = \mathbf{R\$ 28.125}$$

A partir disso podemos calcular o Patrimônio Líquido das entidades.

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível}$$

$$\text{Patrimônio Líquido}_{Copa} = 25.000 - 20.000 = \mathbf{R\$ 5.000}$$

$$\text{Patrimônio Líquido}_{Campeã} = 28.125 - 22.500 = \mathbf{R\$ 5.625}$$

Com isso, correta a alternativa A.

**GABARITO: A**

---

## LISTA DE QUESTÕES

### 1. (FCC – Analista – Pref. Recife/PE – 2019)

Os Balanços Patrimoniais de 31/12/2017 e 30/6/2018, bem como a Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018 da Cia. A são apresentados a seguir:

#### Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/17	30/6/18	Passivo	31/12/17	30/6/18
<b>Ativo Circulante</b>	<b>180.000</b>	<b>520.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>150.000</b>	<b>127.000</b>
Disponível	60.000	270.000	Fornecedores	110.000	40.000
Duplicatas a Receber	70.000	130.000	Imposto de renda a pagar	40.000	45.000
Estoques	50.000	35.000	Dividendos a pagar	–	42.000
Adiantamentos a fornecedores	–	85.000			
			<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>250.000</b>	<b>270.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>520.000</b>	<b>240.000</b>	Empréstimos	250.000	270.000
Terreno	250.000	–			
Máquinas	300.000	300.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>300.000</b>	<b>363.000</b>
(–) Depreciação Acumulada	(30.000)	(60.000)	Capital Social	200.000	200.000
			Reservas de Lucros	100.000	163.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>700.000</b>	<b>760.000</b>		<b>700.000</b>	<b>760.000</b>

#### Demonstração do Resultado 1/1/2018 a 30/6/2018 (em reais)

Receita Bruta de vendas	580.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(310.000)
(=) Resultado Bruto	270.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas e gerais	(80.000)
Despesa de depreciação	(30.000)
(+) Outras Receitas Operacionais	
Lucro na venda do terreno	10.000
(=) Resultado Antes do Resultado Financeiro	170.000
(–) Despesa financeira (juros)	(20.000)
(=) Resultado Antes do IR e CSLL	150.000
(–) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(45.000)
(=) Resultado Líquido	105.000

#### Informações Adicionais:

- A despesa financeira (juros) não foi paga.
- O terreno foi vendido à vista.

O fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais apurado no primeiro semestre de 2018 pela Cia. A foi, em reais,

- (A) 50.000,00, negativo.
- (B) 40.000,00, negativo.
- (C) 8.000,00, negativo.

(D) 2.000,00, positivo.

(E) 35.000,00, positivo.

## 2. (FCC – Analista – Pref. Recife/PE – 2019)

A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

- (A) não fez nenhum registro contábil.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

## 3. (FCC – ICMS/SC – 2018)

A empresa Monta e Desmonta adquiriu, em 01/01/2016, uma máquina no valor de R\$ 150.000,00, à vista. Para a aquisição e colocação em funcionamento, a empresa incorreu adicionalmente nos seguintes gastos:

- Tributos recuperáveis no valor de R\$ 20.000,00.
- Gastos com transporte e seguro no valor de R\$ 8.000,00.
- Gastos com instalação no valor de R\$ 6.000,00.

A empresa estima que incorrerá em gastos no valor de R\$ 12.000,00 (equivalentes à vista) para desinstalar esta máquina ao final de sua vida útil. A vida útil da máquina era 5 anos, sendo que essa máquina ficou disponível para o uso apenas em 31/03/2016. Ademais, espera-se que ao final do período de vida útil a máquina valha R\$ 14.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes, o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 111.200,00.
- (B) 105.300,00.
- (C) 111.500,00.

(D) 132.300,00.

(E) 119.300,00.

#### **4. (FCC – ICMS/GO – 2018)**

Uma empresa adquiriu um imóvel de 20 andares e está utilizando apenas 3 andares para suas atividades administrativas. Por decisão da diretoria, os demais andares foram alugados para terceiros, por prazo determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel, sendo que a empresa presta os serviços de manutenção, acesso e segurança para o edifício. Caso a empresa deseje, os andares podem ser comercializados separadamente e é possível identificar valor de mercado para cada andar. Com relação à contabilização do imóvel, é correto afirmar que:

- a) Deve ser registrado inteiramente como Ativo Imobilizado.
- b) Deve ser registrado inteiramente como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- c) Todos os andares devem ser mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial.
- d) O valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- e) Os andares alugados devem ser tratados como arrendamento mercantil financeiro pela empresa.

#### **5. (FCC – ICMS/SC – 2018)**

Considere as seguintes assertivas:

**I. As propriedades para investimento devem ser inicialmente mensuradas pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.**

**II. Para propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, as alterações no seu valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período se for perda e no patrimônio líquido se for ganho.**

**III. As entidades devem mensurar o valor justo das propriedades para investimento, mesmo escolhendo o método de custo para fins de mensuração, uma vez que precisa divulgar esta informação para estas propriedades.**

**Está correto o que se afirma em**

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

## 6. (FCC – Contador – DPU/AM – 2018)

Uma empresa apresenta em seu Balanço Patrimonial um ativo intangível correspondente ao direito de uso de ativos obtidos em um leilão de privatização. A concessão foi obtida em 01/01/2010 pelo prazo de 30 anos, o valor pago foi R\$ 60.000.000,00 e a empresa passou a ter controle e fazer uso dos ativos em 01/07/2010.

O valor contábil apresentado pela empresa para este ativo intangível, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 48.000.000,00.
- (B) 49.000.000,00.
- (C) 60.000.000,00.
- (D) 52.000.000,00.
- (E) 53.000.000,00.

## 7. (FCC – ICMS/SC – 2018)

Sobre Ativos Intangíveis, considere:

I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.

II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III.

### 8. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)

No dia 01/12/2015, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00. O prazo do empréstimo se encerrará em 01/12/2025, data em que a empresa deverá pagar integralmente o valor do principal. Os juros deverão ser pagos semestralmente com a primeira parcela vencendo em 01/06/2016 e a taxa de juros compostos negociada foi 1,5% ao mês. O valor das parcelas semestrais de juros é R\$ 1.868.865,28 e a empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 500.000,00. A taxa de custo efetivo da operação foi 1,5442% ao mês.

O valor contábil do empréstimo que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2015 e o valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2015, referentes ao empréstimo obtido, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.311.477,55 e 811.477,55
- (B) 19.801.119,00 e 301.119,00
- (C) 20.300.000,00 e 800.000,00
- (D) 20.083.840,00 e 808.840,00
- (E) 17.932.253,72 e 301.119,00

### 9. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)

Em 31/12/2016, uma empresa realizou vendas totais no valor de R\$ 1.075.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 foram vendidos à vista e o saldo remanescente será recebido integralmente após 15 meses. A empresa praticava a taxa de juros de 11,83% ao ano para as suas vendas a prazo, que equivale a uma taxa de 15% no prazo de 15 meses.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2016, a empresa reconheceu Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2017.
- (B) R\$ 1.000.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 75.000,00, ambas no resultado do ano de 2016.
- (C) R\$ 1.075.000,00 no resultado do ano de 2016, apenas.
- (D) R\$ 500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 575.000,00 no resultado do ano de 2017.
- (E) R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 59.150,00 no resultado do ano de 2017.

**10. (FCC – ISS São Luís/MA – 2018)**

Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. Copa e da Cia. Campeã:

Informação	Cia. Copa	Cia. Campeã
Passivo circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 9.000,00
Índice de Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	60%	40%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	18%

Com base nessas informações, a Cia.

- (A) Campeã apresenta maior patrimônio líquido.
- (B) Copa apurou maior lucro líquido.
- (C) Campeã apresenta maior ativo circulante.
- (D) Copa apresenta maior montante de recursos de terceiros.
- (E) Copa apresenta maior passivo não circulante.

## **GABARITO**

01 - A	03 - E	05 - D	07 - B	09 - E
02 - B	04 - D	06 - E	08 - B	10 - A

PROFESSOR

IGORCINTRA



**#SIGA NOSSO  
INSTAGRAM**

@profigorcintra

